

VIA SÃO PAULO TÃO GOMES PINTO



A verdadeira história do golpe que não houve

Ou será que houve?

A partir de sua manchete de quinta-feira, quando espantou o meio político (o leitor comum já não se espanta com manchetes) afirmando que a Constituinte aprovou o presidencialismo sob temor de golpe, o "Jornal do Brasil" passou a fazer formidáveis revelações sobre as técnicas de pressão usadas pelos ministros militares para influir na votação do sistema de governo.

O jornalista Ricardo Noblat escreveu dois artigos na página 2 daquele jornal relatando tintim por tintim conversas sigilosas mantidas pelo general Leônidas Pires com alguns parlamentares nas quais o comandante militar insistia que as Forças Armadas não iriam se omitir caso fosse escolhido o parlamentarismo e/ou os quatro anos.

Revelada ainda por Noblat, existiria a dramática declaração atribuída a Sarney e ouvida por um anônimo líder do centrão de que jamais aceitaria ser humilhado e que se tivesse que sair, sairia dentro de um tanque de guerra, dando tiro.

Com esse explosivo material, detonou-se através da imprensa a momentosa especulação sobre o que o JB chama de "golpe que não houve". O Estadão de ontem ainda remexia nos bastidores da votação da superterça e fazia outra revelação fantástica. Os constituintes teriam decidido a favor do presidencialismo por medo de que o presidente renunciasse.

Sarney teria dito a um ministro que renunciaria se perdesse na superterça, esse ministro contou a alguns parlamentares. Esse disse-que-me-disse prosperou e determinou o resultado. Os constituintes, muito espertos, chegaram à conclusão de que depois da renúncia viria o caos.

Não deixa de ser curioso que só agora, depois de afastado o perigo do caos e de constatados que não houve golpe, a imprensa passe a se interessar pelo tema. Mais curiosa ainda é a atitude da imprensa informando que o parlamentarismo era a tendência dominante até a véspera da votação. Afinal ela já sabia da articulação golpista há algumas semanas, tendo inclusive verificado a sua profundidade e amplitude.

No caso do "Jornal do Brasil", fica mesmo a suspeita de que a recente obsessão com militares possa a ser uma maneira de justificar um erro de avaliação. O JB não acertou porque houve um golpe que aliás não houve e mudou os rumos da votação.

Tudo se encaixaria não fosse o fato de os ministros militares terem deixado bem claro, através de pronunciamentos públicos e até mesmo de notas oficiais, sua preocupação e suas preferências pelo presidencialismo e pelo mandato alongado. Era claríssima, e de certa forma óbvia, essa definição.

Assim, se houve um

golpe que não houve, foi perpetrado não atrás dos blombos do poder ou dos muros altos dos quartéis. O golpe que não houve aconteceu aos olhos do grande público, as claras, obedecendo a constatação de que os militares também têm o direito de ter opiniões políticas e as manifestarem.

O que pode e até deve ser objeto de discussões é esse direito de opinião extensivo aos fardados e municionados. Insistir em articulações golpistas é mais uma vez reincidir num erro de avaliação.

Na verdade não existe significado oculto de grande expressão nas conversas envolvendo militares, gente do governo e empresários que agora, tardiamente, vêm à luz e que poderiam configurar uma conspiração.

O ministro Prisco Viana esteve na Flesp e reunido com os empresários que compoem o chamado Fórum Informal insinuou a hipótese de ruptura institucional ou pelo menos de grave crise caso o Congresso aprovasse o parlamentarismo e reduzisse o mandato de Sarney. O Sr. Dale Carnegie, aquele espertalhão americano especialista na arte de fazer amigos e influenciar pessoas, teria que se curvar diante do nosso Prisco. Em apenas 15 minutos de reunião ele fez os empresários mudarem de opinião e emburrou-os na trama.

Extraordinário o poder de convencimento desse ministro. Se no papo consegue isso imagine o que não faz quando aciona o arsenal de verbas que Sarney colocou à sua disposição para distribuir, algumas inclusive a fundo perdido.

Se o Sr. Prisco fosse a Flesp para dizer que uma votação contra Sarney e contra o presidencialismo não traria consequências, estaria negando sua dupla condição de político e de homem de confiança do Presidente. Seria absolutamente ridículo e hipócrita cobrar-se do ministro um comportamento olímpico e um apego franciscano à verdade quando se sabe que o governo estava em meio de uma guerra pela sua própria sobrevivência.

Portanto, o ministro fez seu papel e se conseguiu extrair dos empresários o documento de apoio ao presidencialismo e aos cinco anos é porque disse aquilo que o Sr. Mário Amato estava louquinho para ouvir. Depois de ter pregado desobediências civis e ter sido comparado a um moderno Bakunin industrial, o Sr. Amato precisava de argumento forte para, como se diz em linguagem de tango, emprender a retirada.

O próprio "Jornal do Brasil" chegou a denunciar que Amato esteve três vezes com Ernesto Geisel exortando o ex-presidente a algum tipo de engajamento, desta vez uma desobediência militar, contra o que está sendo determinado pela Constituinte.

Exageros. A conversa entre Amato e Geisel com certeza foi de alto nível, e não desceu à minúcias

operacionais. Mas é mais ou menos óbvio que o general-chefe do famoso grupo Geisel encontrou afinidades não se contaram as ocupações do chefe da Flesp, e vice-versa.

Também quando Antônio Ermírio procurou o general Leônidas para avaliar a situação nacional houve uma grande identidade de opiniões entre o chefe do Exército e o chefe do grupo Votorantim. Mas tudo ficou no plano das idéias e absolutamente não se contaram os blindados. Afinal ninguém ousaria levantar a suspeita de que Antônio Ermírio pudesse estar agindo como uma simples vivandeiira dessas que rondam os quartéis em épocas de crise.

A história do golpe que não houve tem, sem dúvida, detalhes picantes. A corrida do Dr. Ulysses, de parlamentarismo na mão, pedindo apoio ao Dr. Roberto Marinho, a misteriosa presença, no domingo passado, de Thales Ramalho em São Paulo, tudo isso intriga e excita.

Mas quem decidiu mesmo a questão entre parlamentarismo e presidencialismo foram os senhores constituintes, não foi o general Leônidas, não foi o Sr. Marinho, não foi Thales Ramalho, não foi o Sr. Mário Amato, não foi Prisco Viana ou Antônio Carlos Magalhães.

Se esse pessoal todo se entendeu tão bem nas conversas que precederam a votação foi porque estavam todos no mesmo barco e esse era o barco de Sarney, para sorte do Presidente. Prisco disse a Amato o que Amato queria ouvir, Amato disse a Geisel o que Geisel queria ouvir, Ermírio disse a Leônidas o que Leônidas queria ouvir, Thales disse aos seus empresários o que estes queriam ouvir e até mesmo o Dr. Roberto Marinho disse o que Ulysses pretendia, ao garantir que a poderosa Rede Globo não tomaria partido nessa questão.

Nem precisava. O golpe que não houve já havia sido dado. Trezentos e quarenta e quatro constituintes já estavam convencidos de que o dilema presidencialismo x parlamentarismo era inoportuno, como de fato é. Os últimos relutantes foram convencidos pelo poder da caneta que assina o que no dia seguinte sai no Diário Oficial e pela presença ostensiva em Brasília dos governadores de Estado, cabalando votos presidencialistas.

Com telefonemas e na técnica do corpo a corpo, Álvaro Dias, do Paraná e Quercia, de São Paulo, apenas esses dois governadores, conseguiram reverter cerca de 30 votos parlamentaristas.

Não foi, em verdade, muito difícil convencer os vacilantes. No fundo, assim como o Sr. Mário Amato, eles também estavam loquinhos para mudar de posição e precisavam apenas de um argumento forte.

Essa a verdadeira, até porque única, história do golpe que não houve.

Ou será que houve?

Dinamite debaixo da cadeira

O deputado Delfim Netto talvez seja o único parlamentarista conjunturista da atual conjuntura e é uma pena que as circunstâncias inviabilizassem o ex-ministro de ser um dos encaminhadores da proposta durante a votação da semana passada.

Os defensores que se apresentaram, entre eles os honoráveis Affonso Arinos e Nelson Carneiro, enfocaram tema pelo lado da valorização do Parlamento e do Poder Legislativo, uma idéia

que não coincide com a imagem desgastada do Congresso, cada vez mais enredado na demagogia, nos interesses pessoais e nas preocupações imediatas com a próxima reeleição.

Delfim defende o parlamentarismo pelo lado oposto. Acha que o sistema seria a única maneira de o Legislativo assumir a responsabilidade pelos seus próprios atos.

Na forma que está, agravada pelos termos da Emenda Humberto

Lucena, Delfim acredita que o Parlamento continuará sendo um irresponsável formulador de leis inaplicáveis e um distribuidor de benesses que o Executivo não tem meios de concretizar.

Segundo Delfim, o que o Legislativo tem feito é fabricar bananas de dinamite e colocá-las na mesa do presidente da República. Com o Parlamentarismo a dinamite ficaria no próprio Congresso. Mais exatamente em baixo da cadeira do Dr. Ulysses.